MINISTÈRE
DE L'EUROPE
ET DES AFFAIRES
ÉTRANGÈRES

Liberté
Égalité
Fraternité

DIRECTION DES RESSOURCES HUMAINES

SOUS-DIRECTION DE L'ATTRACTIVITÉ ET DES RECRUTEMENTS

Bureau des concours et examens professionnels

Concours externe, interne et 3ème concours pour l'accès à l'emploi de secrétaire des affaires étrangères (cadre général) au titre de l'année 2027

Épreuve écrite d'admissibilité

Vendredi 25 septembre 2026

Portugais

Épreuve de langue obligatoire

Durée totale de l'épreuve : 3 heures - Coefficient : 3
Toute note globale inférieure à 10 sur 20 est éliminatoire

Aucun dictionnaire n'est autorisé.

Réponses courtes, rédigées dans la langue choisie lors de l'inscription, à des questions libellées dans cette même langue, à partir d'un dossier composé dans cette même langue permettant d'apprécier les connaissances linguistiques et l'aptitude à formuler des réponses complexes sur les sujets d'actualité.

Ce dossier comporte 9 pages (page de garde, questions et sommaire non compris)

Pour répondre au sujet, le candidat ou la candidate devra s'appuyer sur les éléments du dossier et sur ses connaissances personnelles.
Pour chacune des questions, la réponse est limitée à 260 mots. Aucun minimum n'est imposé. Le nombre de mots utilisés sera précisé à la fin de chaque réponse.

Questions :

1/ Quais são as justificações da existência da CPLP? (7 points)

2/ Em que medida os países de língua portuguesa podem exercer influência a nível internacional? (7 points)

3/ O português deve ser reconhecido como língua oficial das Nações Unidas? (6 points)

Liste des documents

Document 1 : Há 70 anos, Portugal aderiu à ONU: agora quer sentar-se no Conselho de Segurança.....1

Document 2 : Portugal e a reconstrução do multilateralismo 3

Document 3 : Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem hoje representatividade global, diz Portugal.....4

Document 4 : Barômetro da Lusofonia traça retrato inédito das sociedades de língua portuguesa.....5

Document 5 : Dia Mundial da Língua Portuguesa: o português quer chegar à ONU.....7

Document 6 : Português "nunca vai ser uma língua oficial" da ONU devido aos custos.....9

Document 1 : Há 70 anos, Portugal aderiu à ONU: agora quer sentar-se no Conselho de Segurança

Expresso – Margarida Mota – 14 de Dezembro de 2025

[...] Foi a 14 de dezembro de 1955 — faz este domingo 70 anos — que o Conselho de Segurança e, no mesmo dia, a Assembleia Geral aprovaram a adesão de Portugal, integrado num pacote de 16 países, uns aliados dos Estados Unidos, outros da União Soviética.

Desde então, várias personalidades portuguesas sobressaíram ao serviço da organização: Diogo Freitas do Amaral presidiu à Assembleia Geral, Victor Ângelo foi secretário-geral adjunto durante quase 20 anos, Jorge Sampaio foi o primeiro alto representante da ONU para a Aliança das Civilizações, António Vitorino foi diretor-geral da Organização Internacional para as Migrações e António Guterres foi alto comissário para os Refugiados e, desde 2017, é secretário-geral da organização. Paralelamente, por três vezes, Portugal candidatou-se com sucesso a um lugar não permanente no Conselho de Segurança. Lisboa quer passar pela experiência uma quarta vez e, em 2013, sinalizou-o. Atualmente, a diplomacia portuguesa tem em curso uma campanha para que o país regresse ao órgão onde tudo se decide, no biénio 2027-2028. A votação será no próximo ano.

O antigo ministro dos Negócios Estrangeiros António Monteiro foi o representante permanente de Portugal na ONU numa das vezes em que o país foi membro do Conselho de Segurança, em 1997 e 1998. “Estar no Conselho de Segurança dá outro relevo porque os países que não estão no Conselho de Segurança contam muito com aqueles que lá estão para terem acesso a informação detalhada do que se passa na organização que depois vai ser importante para definirem posições, sobretudo na Assembleia Geral”, diz ao Expresso. “Portugal, de cada vez que está no Conselho de Segurança, torna-se uma porta aberta para outros países, sobretudo os mais pequenos, que dispõem de menos meios para acompanhar a atividade das Nações Unidas e confiam no apoio que recebem de um país que está dentro do Conselho de Segurança e que acompanha mais de perto os dossiês mais quentes da organização”, acrescenta.

As Nações Unidas têm 193 membros, que estão representados com igual direito a voto na Assembleia Geral. O Conselho de Segurança é um clube exclusivo de 15 países, sendo cinco permanentes e com poder de veto — Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido — e os restantes dez rotativos. Anualmente, a Assembleia Geral elege cinco para um mandato de dois anos. É essa a batalha que Portugal tem em mãos.

Portugal pertence ao grupo da Europa Ocidental e Outros Estados que, no Conselho de Segurança, tem direito a dois assentos. Nesta candidatura, Portugal enfrentará a competição de dois países: Alemanha e Áustria.

“A candidatura alemã e a candidatura austríaca representam um pouco o mesmo modo de ver o mundo, o que é natural já que vêm da mesma região da Europa, falam a mesma língua, têm a mesma cultura”, constata ao Expresso o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel. “Portugal tem uma experiência muito mais específica e diferenciadora. E tem uma relação muito antiga com o Extremo Oriente, com a Índia. É um país do Atlântico, mas que olhou sempre para o Índico e para o Pacífico. Tem uma relação especialíssima com África. Tem uma relação única com a América”, enumera.

Apesar da nossa dimensão de pequeno país no mundo e país médio na Europa, Portugal tem uma grande experiência num conjunto de relações, muitas delas antigas, que nos permitem ter uma diferenciação que eu acho que é um trunfo eleitoral”, acrescenta Rangel. “Portugal tem uma capacidade de diálogo com diferentes regiões do globo e com diferentes alinhamentos em termos de política internacional que lhe dá uma grande capacidade para construir pontes em todos os continentes. Portugal tem a possibilidade de fazer alguma diferença em decisões fundamentais para todo o mundo.”

Pedro Ponte e Sousa, professor na Universidade Portucalense, analisa ao Expresso as vantagens competitivas que Portugal tem diante das candidaturas da Alemanha e da Áustria. “São Estados ricos, influentes e centrais na União Europeia, mas são também países associados a interesses geopolíticos específicos que muitos Estados-membros da ONU veem com desconfiança. Portugal tem vantagens importantes e distintas”, diz. “Em primeiro, a perceção de neutralidade relativa e de menor peso nas relações internacionais. Portugal não é visto como potência dominante, nem como ator agressivo na exportação de políticas de segurança ou económicas. Isso facilita a recolha de votos no chamado Sul Global, onde há grande resistência histórica a Estados associados ao núcleo duro da UE e da NATO”, acrescenta. [...]

Um segundo ponto forte de Portugal prende-se com a sua histórica e diversificada rede diplomática, que lhe confere uma capacidade de interlocução única no mundo. “A presença lusófona em África, na Ásia e na América Latina continua a ser um recurso político relevante. A CPLP não é um bloco de voto automático ao lado de Portugal ou de qualquer dos seus membros quando se candidatam a posições semelhantes, mas a densidade da relação entre os seus membros, com contactos antigos, cooperação técnica, relações bilaterais estáveis e uma herança histórica, quando bem gerida, pode traduzir-se em consequências diplomáticas positivas”, acrescenta Ponte e Sousa. “Alemanha e Áustria não têm nada comparável no plano extraeuropeu.” [...]

A candidatura portuguesa tem como lema “Prevenir, Cooperar, Proteger”. O primeiro pilar — Prevenir — está orientado para a prevenção dos conflitos e assenta na importância da mediação e da diplomacia preventiva. [...] No programa da candidatura portuguesa, lê-se: “Se for eleito, Portugal defenderá o aprofundamento do trabalho normativo em torno do nexo clima-paz-segurança”.

O segundo pilar — Cooperar — tem implícita uma crítica ao próprio Conselho de Segurança que, diz o programa da candidatura, “não pode fechar-se sobre si próprio”. Portugal defende que o órgão “tem de ser mais representativo e transparente”, com "um alargamento das duas categorias de membros, permanentes e não permanentes” e “um maior escrutínio sobre o uso do veto”.

Quanto ao terceiro pilar — Proteger —, passa pela defesa da Carta das Nações Unidas, do direito internacional e do multilateralismo. [...] “Portugal insistirá na necessidade de se prestar maior atenção ao nexo tecnologia-segurança e a questões como a automatização das armas, a biossegurança, o espaço sideral, o ciberespaço, a segurança marítima e a desinformação.”

“A eventual presença de Portugal no Conselho de Segurança tem sobretudo um valor simbólico e diplomático, mais do que capacidade material de alterar os grandes dossiês internacionais”, diz Pedro Ponte e Sousa. [...] “Mas a simples presença do país no Conselho de Segurança “dá visibilidade e voz em debates onde normalmente Portugal é apenas recetáculo daquilo que os grandes decidem”. E também “reforça o capital diplomático que Portugal vem acumulando ao longo de décadas, baseado numa imagem de ator previsível, moderado e relativamente respeitado em vários continentes”.

Esse currículo de país confiável que sabe ouvir, procura entender os outros e esforça-se por cumprir o que promete pode angariar votos. “Muitos Estados preferem ter no Conselho de Segurança atores que não acrescentem tensões. Portugal é visto como um Estado que não cria problemas”, conclui Pedro Ponte e Sousa. [...]

Document 2 : Portugal e a reconstrução do multilateralismo

Diário de Notícias – Bernardo Ivo Cruz – 08 de Junho de 2026

A eleição de Portugal para o Conselho de Segurança das Nações Unidas representa uma oportunidade relevante para a nossa política externa porque o momento internacional exige algo que historicamente sabemos fazer: construir pontes.

O sistema internacional atravessa uma fase de fragmentação crescente. As guerras na Ucrânia e no Médio Oriente permanecem sem solução política à vista. A rivalidade entre os Estados Unidos e a China estrutura cada vez mais a política global. Ao mesmo tempo, desafios como as alterações climáticas, a Inteligência Artificial, a segurança energética ou as migrações ultrapassam fronteiras e exigem respostas coletivas. Nunca o multilateralismo foi tão necessário e nunca pareceu tão fragilizado.

Portugal possui uma característica rara. É simultaneamente europeu, atlântico, lusófono e ibero-americano. A sua identidade foi construída ao longo de séculos de interação entre continentes, culturas e povos. Essa realidade, reforçada por uma diáspora presente nos cinco continentes, confere-lhe uma posição singular no sistema internacional: a capacidade de compreender e dialogar com diferentes regiões do mundo sem ser percecionado como uma potência dominante ou uma ameaça estratégica. Poucos países dispõem de uma rede tão diversificada de afinidades históricas, culturais, linguísticas e humanas.

Esta multiplicidade de pertenças constitui uma vantagem estratégica num mundo cada vez mais dividido em blocos. Num período marcado pela polarização internacional, os países capazes de criar canais de comunicação entre diferentes regiões e sensibilidades políticas tornam-se particularmente valiosos.

Portugal não resolverá os grandes conflitos internacionais. Não é esse o seu papel. Mas pode contribuir para aproximar posições, promover diálogo e apoiar soluções multilaterais em áreas onde o consenso ainda é possível.

Uma dessas áreas é a articulação entre segurança, desenvolvimento e ajuda humanitária. Muitos dos conflitos contemporâneos estão ligados à pobreza, à fragilidade institucional, às desigualdades económicas e aos impactos das alterações climáticas. Portugal pode defender uma abordagem integrada que combine prevenção de conflitos, desenvolvimento sustentável e construção da paz.

Outra prioridade poderá ser a aproximação entre o norte e o sul, num momento em que muitas instituições internacionais continuam a refletir mais os equilíbrios de poder do passado do que as realidades do presente. Portugal encontra-se particularmente bem colocado para promover esse diálogo e aprofundar a cooperação com democracias influentes do Sul, como o Brasil, a Índia, a África do Sul ou a Indonésia.

A agenda portuguesa poderá igualmente valorizar áreas onde o país possui credibilidade reconhecida, como a governação dos oceanos, a transição energética ou a cooperação para o desenvolvimento.

Num tempo em que tantas potências privilegiam a competição, Portugal pode afirmar a utilidade da cooperação. Num tempo em que proliferam muros físicos e políticos, pode recordar a importância das pontes. E num tempo em que muitos questionam o multilateralismo, pode ajudar a demonstrar que a resposta não está no abandono das instituições internacionais, mas na sua renovação.

Para um país com vocação universalista e uma longa tradição diplomática, essa poderá ser uma das contribuições mais valiosas para a ordem internacional do século XXI. Assim tenhamos a vontade política, a cooperação entre instituições nacionais e os meios necessários para transformar uma oportunidade diplomática numa verdadeira estratégia nacional.

Document 3 : Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem hoje representatividade global, diz Portugal

ONU News – Monica Grayley - 10 de Julho de 2026

Organização que completa 30 anos neste 17 de julho cresceu além de suas fronteiras e, hoje, abriga mais de 30 Estados associados; embaixador de Portugal diz à ONU News que CPLP tornou-se uma plataforma visível e respeitada no cenário geopolítico.

Quando os chefes de Estado e Governo das nações que falam o português se reuniram em Lisboa, em 1996, para inaugurar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, pouco se sabia sobre as proporções geoestratégicas que o bloco viria a assumir.

A proposta inicial, surgida no estado brasileiro do Maranhão, era formar o Instituto Internacional de Língua Portuguesa encarregado de política da língua falada pelos quatro cantos do globo e criar uma comunidade no modelo da britânica Commonwealth e outros pares, mas o que saiu do papel acabou ganhando uma "representatividade global".

Mais de 20 intervenções conjuntas na ONU

Hoje, às vésperas de completar 30 anos, neste 17 de julho, a CPLP se converte em uma "plataforma visível" e respeitada com capacidade de interlocução no cenário internacional, como contou à ONU News, o embaixador de Portugal nas Nações Unidas, Rui Vinhas.

"É muito interessante que nós começamos por fazer aqui intervenções, nas Nações Unidas, conjuntas da CPLP, centradas no multilinguismo e fomos alargando esse leque de intervenções, quer no seu escopo, quer nos diferentes órgãos onde falamos, já falamos no Conselho de Segurança, por exemplo. E, portanto, o ano passado fizemos 20 intervenções, ao longo do ano, o que é notável. Este ano, ainda estamos na metade do ano, mais ou menos, já fizemos 15 intervenções em nome da CPLP. E, portanto, a CPLP tornou-se uma plataforma visível que os outros Estados reconhecem e respeitam. E isto suscita obviamente interesse."

E o interesse veio acompanhado por mais de três dezenas de inscrições de Estados-observadores associados para seguir o trabalho do bloco. A cada Cimeira dos Líderes lusófonos, essas novas entradas são aprovadas e anunciadas.

EUA, Índia e Japão

Estados Unidos, Índia, Reino Unido, França, Japão, Catar, Argentina, Itália e Geórgia são alguns dos países associados ao bloco, que segue crescendo, como lembrou o embaixador Rui Vinhas.

"Eu sou bastante confiante e optimista em relação à CPLP. Acho que temos uma margem e um potencial de progressão e de aprofundamento da cooperação entre os nove países muito grande. E acho que existe, regra geral, vontade política de todos os países em aprofundar isso. É evidente que esta diferença que existe entre a CPLP - e outras organizações -, é que a CPLP que é simultaneamente uma fragilidade e uma vantagem e uma fortaleza que é esta dimensão arquipelágica. Nós estamos espalhados por quatro continentes. Isto obviamente introduz limitações. Nós não somos como a União Europeia, ou como a Sadc, Cedeao, União Africana ou Mercosul. Obviamente, que aí há uma contiguidade geográfica que facilita algumas dimensões da cooperação, mas ao mesmo tempo, isto dá-nos uma grande força porque dá uma representatividade global e a inserção de cada um de seus membros nas organizações sub-regionais."

Timor-Leste: uma ponte na Ásia

A mais recente ponte regional neste tabuleiro geopolítico é a Associação das Nações do Sudeste da Ásia, Asean, que no final de 2025, recebeu o Timor-Leste como membro.

O país de língua portuguesa abriu as portas da região para a CPLP em 2002 ao se associar à Comunidade lusófona.

Com sede no Palácio Penafiel, em Lisboa, a CPLP se concentra em três pilares: o de concertação política, a promoção da língua, a cooperação multilateral. O bloco apoia a

ampliação da presença do português em organizações internacionais por ver na língua também uma oportunidade de afirmação política de seus próprios interesses como nações e como organização.

Por sua vez, Portugal prioriza a Comunidade como um de seus eixos de política externa ao lado da Europa e do Atlântico. Para o embaixador português junto à ONU, promover a língua comum é fazer avançar o interesse de todos sem deixar ninguém para trás.

Língua portuguesa é ativo político, econômico e cultural

"E o fator de língua também é algo que é muito importante. O português é hoje a língua mais falada no Hemisfério Sul com o potencial de crescimento. Não é só um veículo de comunicação, mas é também um ativo político, econômico e cultural. E nós não podemos esquecer e temos a aspiração que o português seja uma língua cada vez mais falada nas organizações internacionais. É hoje falada como língua oficial em muitas organizações internacionais. Do Mercosul à Organização dos Estados Americanos, às organizações africanas, à União Africana, à Sadc, à União Europeia, obviamente. Mas temos uma aspiração maior de que o português se vá afirmando como língua de trabalho, dentro das possibilidades da Comunidade, porque tudo isso tem também custos, e é preciso vontade política também das organizações. Mas isto é uma aspiração que temos da afirmação da língua portuguesa e da projeção da língua portuguesa que é o grande fator de unidade entre esta Comunidade."

O Encontro de Cúpula deve ser realizado em agosto, em Díli, Timor-Leste. Além da nação asiática são membros da Comunidade: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

Document 4 : Barômetro da Lusofonia traça retrato inédito das sociedades de língua portuguesa

Público Brasil – Felipe Eduardo Varela – 29 de Janeiro de 2026

O lançamento do primeiro Barômetro da Lusofonia, realizado nessa quarta-feira (28/01) na sede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, trouxe um retrato inédito das preocupações, aspirações e vínculos simbólicos das sociedades que partilham a língua portuguesa. O estudo, conduzido pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Económicas, o Ipespe, ouviu 5.400 pessoas em oito países da CPLP e revelou tanto desafios estruturais comuns quanto conexões culturais que atravessam fronteiras, com destaque também para imigração e futebol. [...] As amostras foram definidas com base na população adulta de cada país, a partir dos 18 anos, envolvendo 1.800 entrevistados no Brasil, 700 em Angola e Moçambique, 600 em Portugal e 400 em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Os resultados confirmam que saúde, educação e desemprego formam a tríade dos principais desafios nos países da Comunidade Lusófona [...]. Saúde aparece como preocupação central para 53% dos entrevistados, seguida por educação, com 43%, e desemprego, com 34%. Em um segundo patamar surgem violência, inflação e acesso a água, energia e saneamento básico, reforçando a centralidade da qualidade dos serviços públicos e das condições de vida nas percepções dos cidadãos.

Apesar de uma lista comum de problemas, a hierarquia varia de forma expressiva entre os países. Em Portugal, a saúde lidera com 55% das menções, enquanto desemprego e inflação surgem com peso reduzido. Em Angola, educação, saúde e desemprego concentram percentuais elevados, com destaque para a inflação, que aparece com o dobro da média geral. Na Guiné-Bissau, os índices de preocupação com saúde e educação atingem níveis excepcionais, de 85% e 78%, respectivamente, sinalizando carências profundas na provisão pública. Já no Timor-Leste, saúde, educação e desemprego são citados por cerca de seis em cada dez entrevistados, e a corrupção desponta como problema relevante para 39%.

Imigração

A dimensão migratória ocupa lugar de destaque no Barômetro da Lusofonia. Portugal emerge como o principal destino desejado para residência entre os cidadãos dos países pesquisados, com 62% das menções no conjunto da Comunidade. O país é visto como polo de estabilidade econômica, qualidade de vida e oportunidades educacionais e profissionais, além de beneficiar-se de laços históricos, linguísticos e de políticas relativamente mais flexíveis de mobilidade para cidadãos lusófonos. O desejo de morar em Portugal alcança 81% na Guiné-Bissau, 79% no Timor-Leste e 73% em Cabo Verde. No Brasil, as opiniões se dividem: 49% manifestam vontade de residir em Portugal, enquanto 44% não desejam morar em outro país da Comunidade.

O Brasil aparece como segundo destino mais desejado, com 32% no ranking geral, especialmente entre cidadãos da Guiné-Bissau, Timor-Leste e Angola.

Cabo Verde e Angola também figuram como destinos relevantes em fluxos específicos, revelando um quadro de mobilidade potencial diversificado dentro do espaço lusófono. Entre os portugueses, no entanto, 67% afirmam não desejar morar em nenhum outro país da Comunidade, indicando uma disposição migratória externa relativamente baixa.

Futebol

Outro eixo que evidencia conexões transnacionais é o futebol. Historicamente um vetor de pertencimento e identidade compartilhada, o esporte continua a operar como linguagem comum entre as sociedades de língua portuguesa.

O futebol português lidera com ampla margem o interesse no conjunto da Comunidade, alcançando uma média de 54%, seguido pelo futebol brasileiro, com 31%. O interesse pelo futebol de Portugal é particularmente elevado no Timor-Leste, onde atinge 84%, e mobiliza parcelas expressivas da população em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. No Brasil e em Portugal, contudo, predomina o desinteresse pelo futebol dos demais países lusófonos, com cerca de 70% dos entrevistados declarando não acompanhar competições externas.

Na cerimônia de lançamento, a secretária executiva da CPLP, embaixadora Maria de Fátima Jardim, destacou o valor estratégico do estudo para a Comunidade. Segundo ela, o Barômetro da Lusofonia revela de forma clara e interpeladora como saúde, educação e desemprego surgem como preocupações centrais das sociedades lusófonas, confirmando a urgência de respostas políticas concertadas, informadas e orientadas para as pessoas. A diplomata afirmou que o levantamento deve ser visto não como um ponto de chegada, mas como um ponto de abertura, capaz de orientar agendas futuras e reforçar a centralidade do cidadão no desenvolvimento sustentável e inclusivo da Comunidade.

Retrato da comunidade

O embaixador do Brasil junto à CPLP, Juliano Féres do Nascimento, ressaltou tanto o processo quanto o conteúdo da pesquisa. Para ele, o estudo demonstra a força da colaboração entre os países lusófonos e prova que o trabalho conjunto gera resultados de grande qualidade. O diplomata afirmou que o Barômetro permite, pela primeira vez em três décadas, um retrato de como os países da Comunidade se percebem a si mesmos. “É como uma selfie de família”, disse, ao destacar o valor simbólico de um instrumento que revela não apenas problemas, mas também expectativas e caminhos comuns.

Já o cientista político Antonio Lavareda, coordenador do estudo pelo Ipespe, enfatizou o caráter inédito e multifacetado da iniciativa. Segundo ele, o Barômetro da Lusofonia investiga percepções sobre a vida pessoal, a situação dos países, a economia, os principais problemas nacionais e as expectativas em relação ao futuro, além de temas sensíveis como imigração, desigualdade, diversidade sexual, democracia e confiança nas instituições. Lavareda destacou que o diferencial do estudo está em iluminar vínculos simbólicos, culturais e identitários que atravessam o mundo de língua portuguesa e que frequentemente permanecem invisíveis nas análises tradicionais. Para o pesquisador, a criação de uma série histórica bienal permitirá acompanhar a evolução dessas percepções e fortalecer iniciativas de cooperação e intercâmbio no espaço lusófono.

Realizado com apoio institucional da CPLP, do Ministério da Cultura do Brasil, da Missão do Brasil junto à CPLP, da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, da Fundação Itaú, da FGV Conhecimento, da Fundação Joaquim Nabuco e da Universidade de Coimbra, o Barômetro da Lusofonia inaugura um novo instrumento de leitura das sociedades que compartilham a língua portuguesa. Ao revelar desafios comuns, fluxos migratórios desejados e referências culturais compartilhadas, o estudo reforça a ideia de uma Comunidade plural, diversa e interligada, que busca compreender-se para projetar um futuro comum.

Document 5 : Dia Mundial da Língua Portuguesa: o português quer chegar à ONU

Euronews – Ana Filipa Palma – 5 de Maio de 2026

Hoje comemora-se o Dia Mundial da Língua Portuguesa, estabelecido em 2009 pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e consagrado pela UNESCO a 25 de novembro de 2019. Trata-se da única língua não oficial da ONU a receber este reconhecimento. O português é língua oficial de nove países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, sendo também língua oficial na Região Administrativa Especial de Macau. Segundo estimativas das Nações Unidas, é uma língua falada por mais de 265 milhões de pessoas nos cinco continentes**,** prevendo-se que, em 2050, esse número se aproxime dos 400 milhões e que, em 2100, ultrapasse os 500 milhões. Estes números fazem da língua portuguesa a quarta mais falada no mundo**.** Contudo, o número de falantes, por si só, não é suficiente para torná-la língua oficial da ONU.

Em entrevista à Euronews, Florbela Paraíba, presidente do conselho diretivo do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, afirmou que o estatuto de língua oficial seria "uma espécie de selo de reconhecimento" e colocaria a língua "em paridade com as outras seis línguas oficiais". Atualmente, as línguas oficiais da ONU são o inglês, o francês, o espanhol, o russo, o árabe e o chinês.

Esse reconhecimento poderia também traduzir-se num maior interesse pelos países de língua oficial portuguesa, que sairiam, assim, beneficiados. O português é língua oficial e/ou de trabalho em 32 organizações internacionais, entre as quais o Mercosul, a Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas (CEPAL), a União Africana, a União Europeia (UE), a CPLP e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Para a presidente do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, este reconhecimento seria o "corolário desta caminhada".

O tema não é novo, e a ambição de tornar o português língua oficial da ONU tem vindo a ganhar força há pelo menos uma década. A 1 de novembro de 2016, em Brasília, durante a XI Cimeira da CPLP, foi aprovada uma proposta para que o português fosse considerado língua oficial das Nações Unidas. No ano seguinte, em Nova Iorque, na 72.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o então primeiro-ministro português, António Costa, dirigindo-se ao secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou que "em meados deste século, o português deverá contar com quase 400 milhões de falantes, o que tem justificado a sua elevação a língua oficial em diversos organismos internacionais". "A adoção do português como língua oficial das Nações Unidas permanece um desígnio comum dos Estados-membros da CPLP", disse António Costa na mesma assembleia. Também no programa do atual Governo, uma das metas do Ministério dos Negócios Estrangeiros é apoiar a elaboração e implementação de uma estratégia concertada com a CPLP para que o português seja reconhecido como língua oficial da ONU até 2030. [...]

Crescente interesse global pela língua e cultura portuguesas

Além da vontade política, existem também questões diplomáticas, logísticas e financeiras a resolver para que o português se torne língua oficial das Nações Unidas. A tradução de todos os documentos oficiais da ONU para português, bem como a necessidade de novos recursos humanos, representaria um esforço significativo, não quantificado oficialmente , mas frequentemente estimado em milhões de euros anuais.

Apesar disso, Florbela Paraíba considera que o português tem a vantagem de ser "uma língua em crescimento". "Temos uma expetativa demográfica muito significativa. É uma língua em expansão, tanto pelo número de falantes como pelo crescente interesse de não falantes, e também pela sua presença nas redes sociais", explica. O português é a quinta língua mais utilizada na internet**,** segundo dados das Nações Unidas, com uma taxa de crescimento de quase 2000% entre 2000 e 2017 e está entre a terceira e a quarta mais utilizada no Facebook, segundo dados fornecidos pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.

Entre outras missões, o Instituto procura garantir a presença do português no mundo, não só junto das comunidades portuguesas, mas também em universidades e organizações internacionais, através do ensino presencial e online. [...]

Florbela Paraíba destaca que existe uma concentração na Europa, mas também uma aposta em África, com uma rede de 25 professores em países que não fazem parte da CPLP. "Na África do Sul temos 19, na Namíbia 3, em Essuatíni 1 e no Zimbabué 2". Também na Venezuela, Estados Unidos, Canadá e Austrália existem centenas de cursos de português, com dezenas de milhares de alunos, refletindo o crescente interesse global pela língua e cultura portuguesas.

"A motivação nem sempre é a ligação familiar. Muitas vezes está relacionada com valorização profissional. Há uma procura crescente em universidades chinesas, provavelmente também por interesse económico. Pessoas que vão trabalhar para países lusófonos(diplomatas, médicos ou funcionários de organizações internacionais) que procuram aprender português", explica.

Assim, embora o número de falantes não seja determinante, é um fator relevante para o reconhecimento da língua na ONU. [...]

Não é só a língua: a CPLP como player global

Além da língua e da cultura, o fator económico também é determinante para reforçar esta ambição. Segundo dados do FMI, as economias da CPLP representam cerca de 3,6% da riqueza mundial, num total aproximado de 2,7 biliões de euros. Se se tratasse de um país, em conjunto, corresponderiam a uma das três maiores economias do mundo. "Há inúmeras áreas em que somos um ator relevante: por exemplo, todos os países da CPLP têm extensas linhas de costa, com importância estratégica para o comércio internacional", afirma Florbela. Os países de língua portuguesa representam uma parte significativa das plataformas marítimas globais, bem como reservas importantes de água doce e vastos territórios. "Portugal destaca-se nas energias renováveis, mas há também grandes produtores de petróleo, como Brasil e Angola, e de gás, como Moçambique", sublinha. Apesar de o pilar económico ainda estar em desenvolvimento, existe um "objetivo comum de reforçar as trocas comerciais e o investimento entre os países da CPLP", promovendo maior integração. Cada país possui ligações regionais estratégicas, o que constitui uma mais-valia, sendo a língua um elemento de ligação que facilita relações económicas, políticas e diplomáticas. "É um ativo de grande valor na aproximação entre países e também uma motivação para aprender português, muitas vezes por razões profissionais ligadas aos negócios", conclui.

Para já, o objetivo mantém-se em aberto, sustentado por uma língua em expansão e por uma comunidade que procura afirmar o seu lugar num contexto internacional cada vez em maior crescimento e mutação.

Document 6 : Português "nunca vai ser uma língua oficial" da ONU devido aos custos

Jornal de Notícias – 17 de Junho de 2026

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, declarou esta quarta-feira, no Parlamento, que o português "nunca vai ser uma língua oficial" das Nações Unidas, "como são outras", devido aos custos.

Durante a audição regimental do ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE) na Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, o deputado do Livre Rui Tavares questionou o governante sobre o objetivo de o português se tornar uma língua oficial das Nações Unidas até 2030.

Para o deputado - que parabenizou a eleição de Portugal como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas - o facto de o mandato do secretário-geral da organização, António Guterres, estar a terminar faz com que haja uma "janela de oportunidade que se está a fechar".

Como resposta, Rangel declarou que "o português nunca vai ser língua oficial como são outras, devido aos custos".

Concretamente, segundo o chefe da diplomacia, Portugal e o Brasil estão disponíveis para arcar com os custos, mas essa dimensão é enorme e, apesar de já terem avaliado várias opções, não tem sido possível avançar com a ideia.

"Estamos sempre a analisar como fazer, mas isso nada tem a ver com o facto de o secretário-geral ser português. Do ponto de vista financeiro, é um esforço muito grande e estamos avaliar como poderia ser compensatório", esclareceu.

Na cimeira de 2016 de chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Brasília, no Brasil, foi aprovada uma proposta para que o português se tornasse, até 2030, uma língua oficial das Nações Unidas (ONU).

Essa proposta tem constado também nos programas de Governo do executivo do PSD-CDS-PP desde 2024.